

---

# QUANTO CUSTA UMA ELEIÇÃO? UMA ANÁLISE DO FINANCIAMENTO E GASTOS ELEITORAIS DOS DEPUTADOS FEDERAIS E ESTADUAIS ELEITOS EM MATO GROSSO DO SUL EM 2022

---

¿CUÁNTO CUESTAN LAS ELECCIONES? UN ANÁLISIS DEL FINANCIAMIENTO Y GASTOS ELECTORALES DE LOS DIPUTADOS FEDERALES Y ESTATALES ELEGIDOS EN MATO GROSSO DO SUL EN 2022

HOW MUCH DOES THE ELECTION COST? AN ANALYSIS OF THE ELECTORAL FINANCING AND SPENDING OF FEDERAL AND STATE DEPUTIES ELECTED IN MATO GROSSO DO SUL IN 2022

**Maristela Gimenes Ribas<sup>1</sup>**

<http://lattes.cnpq.br/4281124923628910>

**Marcos Antonio da Silva<sup>2</sup>**

<http://lattes.cnpq.br/8590672637571334>

<https://orcid.org/0000-0003-1196-2814>

**RESUMO:** Este trabalho analisa o financiamento eleitoral, considerando os recursos e os gastos eleitorais, dos deputados estaduais e federais eleitos em 2022 em Mato Grosso do Sul. Para tanto, discute os principais estudos sobre o financiamento eleitoral no Brasil, procurando analisar como o financiamento público, através do fundo eleitoral e com percentual distinto para cada partido político a partir de sua representação no congresso nacional, tem sido distribuído para os candidatos e impactado as eleições e a representação política, propiciando uma distinta alocação de recursos e gastos eleitorais. Em seguida, discute como se deu tal processo, o financiamento eleitoral, em relação aos deputados federais e estaduais nas eleições de 2022 em Mato Grosso do Sul, analisando os principais doadores, o volume e perfil dos gastos eleitorais e o custo do voto de cada deputado eleito.

**Palavras-Chave:** Financiamento Eleitoral; Partidos Políticos; Fundo Eleitoral; Recursos; Gastos.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (PPGDRS) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), onde foi bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC). Email: [maristela004@gmail.com](mailto:maristela004@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Estudos sobre a Integração da América Latina (PROLAM/USP). Professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia (PPGS) e do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Foi membro do Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre a América Latina (LIAL). Email: [marcoasilva@ufgd.edu.br](mailto:marcoasilva@ufgd.edu.br).

**RESUMEN:** Este trabajo analiza el financiamiento electoral, considerando los recursos y gastos electorales, de los diputados estatales y federales elegidos en 2022 en Mato Grosso do Sul. Para ello, discute los principales estudios sobre el financiamiento electoral en Brasil, buscando analizar cómo funciona el financiamiento público, a través del fondo electoral y con un porcentaje diferente para cada partido político en función de su representación en el congreso nacional, ha sido distribuido a los candidatos e impactado las elecciones y la representación política, brindando una asignación diferente de recursos y gastos electorales. Luego se analiza cómo se desarrolló este proceso, el financiamiento electoral, en relación con los diputados federales y estatales en las elecciones de 2022 en Mato Grosso do Sul, analizando los principales donantes, el volumen y perfil de los gastos electorales y el costo de cada voto electo.

**Palabras-Clave:** Financiamiento Electoral; Partidos Políticos; Fondo Electoral; Recursos; Gastos.

**ABSTRACT:** This paper analyzes electoral financing, considering the resources and electoral expenditures of state and federal deputies elected in 2022 in Mato Grosso do Sul. To this end, it discusses the main studies on electoral financing in Brazil, seeking to analyze how public financing, through the electoral fund and with a different percentage for each political party based on its representation in the national congress, has been distributed to candidates and impacted the elections and political representation, providing a different allocation of resources and electoral expenditures. Then, it discusses how this process, electoral financing, occurred in relation to federal and state deputies in the 2022 elections in Mato Grosso do Sul, analyzing the main donors, the volume and profile of electoral expenditures and the cost of each elected deputy's vote.

**Keywords:** Electoral Financing; Political Parties; Electoral Fund; Resources; Expenditures.

## INTRODUÇÃO

A eleição é, sem dúvida, um fator essencial para o bom funcionamento da democracia, uma vez que promove a participação dos cidadãos, a representação diversificada, auxilia para a estabilidade e legitimidade dos governos e propicia a alternância de poder. Desta forma, as eleições ajudam a população a ter a oportunidade de expressar suas opiniões e realizar suas escolhas políticas, permitindo a eleição de representantes que agirão em seu nome. A importância de tal processo também se relaciona a transparência geral do processo eleitoral e, principalmente, a forma como ocorrem o financiamento eleitoral e os gastos eleitorais dos candidatos.

Neste sentido, segundo Tavares (1994) é importante destacar que os sistemas eleitorais permitiram as construções institucionais e o desenvolvimento de estratégias políticas que

permitiram regulamentar e sancionar a representação política e devido ao seu caráter compósito e único o processo eleitoral, apesar dos elementos gerais, é marcado por especificidades locais e nacionais. De toda forma, o caráter composto e único também permitiu que os sistemas eleitorais possibilitassem o aprimoramento da representação política e a institucionalização da relação entre os cidadãos e seus representantes e, embora incompletos, são fundamentais para a regulação da competição política e da disputa de poder no mundo contemporâneo.

Um dos elementos fundamentais de todo sistema eleitoral refere-se ao financiamento eleitoral, que nos permite compreender a equidade da disputa política e, principalmente, como os candidatos obtêm e utilizam os recursos financeiros necessários a campanha eleitoral, considerando tanto os recursos humanos (profissionais e cabos eleitorais) como materiais (publicidade, deslocamentos, propaganda, ...). Embora recente, a regulação de tal processo, pelo menos no caso brasileiro, tem-se aprimorado nas últimas eleições e, apesar dos limites e lacunas, a publicização dos dados pelos tribunais eleitorais (TRE e TSE) nos permite compreender melhor a disputa eleitoral e os desafios para superar a possibilidade de que o patrimônio ou a riqueza pessoal de certos candidatos possam interferir no processo eleitoral. Embora não sejam absolutos ou correspondam totalmente aos gastos realizados, principalmente no caso de eleições majoritárias, pois ainda pode ocorrer a utilização de recursos não-declarados podemos constatar um aprimoramento da fiscalização e divulgação do financiamento eleitoral brasileiro.

Desta forma, este trabalho procura analisar o financiamento eleitoral, englobando fontes e os gastos eleitorais, dos deputados estaduais e federais de Mato Grosso do Sul eleitos em 2022, procurando compreender o volume, os principais financiadores e a relação entre tais gastos e o sucesso eleitoral dos eleitos. Vale ressaltar que, embora existam diversos trabalhos sobre distintos temas e aspectos da política estadual (partidos, elites, governos, ...), não há, até o momento, nenhuma análise sobre as campanhas eleitorais no estado, em especial sobre o financiamento, os gastos eleitorais e o custo de votos dos candidatos eleitos.

Para tanto, o trabalho desenvolve, em primeiro lugar, um levantamento bibliográfico sobre a temática (financiamento e campanhas eleitorais), considerando sua dinâmica na história recente do país e interação com o sistema partidário. Em seguida, foi realizado um levantamento dos indicadores e elementos, disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), sobre o financiamento eleitoral (fontes e despesas) dos representantes políticos (deputados estaduais e federais) eleitos em 2022, que

nos permite traçar seu perfil e dinâmica<sup>3</sup>. A partir disso, desenvolvemos a análise de tais dados, estabelecendo diretrizes e variáveis que nos ajudam a compreender o financiamento eleitoral na campanha de deputados federais e estaduais de 2022 no estado.

Sendo assim, este trabalho, além da introdução e conclusão, está organizado em três seções. Na primeira seção, procura-se desenvolver uma breve revisão da literatura que enfatiza a questão do financiamento de campanhas no Brasil, discutindo seus principais contornos e questões que orientam o debate sobre o tema. Em seguida, são apresentados os dados referentes ao financiamento eleitoral dos deputados federais eleitos do estado e uma análise sobre seus principais elementos ou indicadores. Por fim, apresentamos e discutimos tais dados em relação aos deputados estaduais eleitos em 2022.

## **O FINANCIAMENTO ELEITORAL NO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO: DEBATES, REFORMAS E MUDANÇAS**

Explorar o financiamento eleitoral nos permite uma melhor compreensão do sistema político e evidencia como os recursos financeiros delineiam as campanhas, os candidatos e até mesmo as decisões governamentais, afetando a vida de todos. Dessa forma, vamos compreender essa dinâmica política em torno do financiamento eleitoral, que influencia a transparência, a uniformidade e outras características da dinâmica democrática.

Além disso, as crises e transformações globais têm afetado os sistemas democráticos ao redor do planeta e os mecanismos de representação política, tanto em termos organizativos como de financiamento eleitoral, que, no caso brasileiro, está associado às dinâmicas e dilemas da transição democrática brasileira e aos debates de reforma política como apontam Avelar e Cintra (2007). Em tais dinâmicas e debates o tema do financiamento eleitoral, tanto em relação aos recursos como a regulação dos gastos para permitir uma competição mais equilibrada entre partidos e candidatos, destacou-se como tema fundamental.

Isto porque, como demonstra Samuels (2003) é possível constatar, como insinua o senso comum, que as campanhas eleitorais no Brasil eram (e continuam) extremamente caras<sup>4</sup>,

<sup>3</sup> O TSE disponibiliza um conjunto de informações sobre os candidatos, tanto de dados sobre perfil como sobre o financiamento eleitoral, que serviram como fonte para a elaboração dos quadros apresentados adiante. Tais dados estão disponíveis em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/home>.

<sup>4</sup> Neste sentido, o autor aponta que: “Ainda que esses números subestimem os custos reais da campanha no Brasil, os valores declarados são bastante altos em comparação com outros países. Por que as campanhas são tão caras no Brasil? São vários os fatores atuantes, os mais importantes sendo os incentivos que o próprio sistema eleitoral impõe, o alto grau de competitividade das eleições e o fato de os partidos serem tão fracos do ponto de vista organizacional” (Samuels, 2003, p. 370).

mesmo em análise comparativa com outros países, e embora o autor esteja se referindo a um período em que predominava o financiamento privado e que demonstrava o predomínio dos interesses econômicos da elite no financiamento dos processos eleitorais, como resultado natural das forças socioeconômicas que atuam na sociedade brasileira, a adoção recente do financiamento público ou misto nas campanhas eleitorais ainda não permitiu um alto grau de equidade entre os candidatos pois inúmeros elementos afetam o acesso igualitário aos recursos do fundo eleitoral.

Desta forma, ao desenvolver um profundo balanço da literatura nacional sobre o tema Mancuso (2015) aponta que este é um debate fundamental para o aprimoramento da democracia brasileira e que a análise do investimento ou financiamento eleitoral requer a incorporação de, ao menos, três perspectivas: a relação entre investimento e desempenho eleitoral; a relação entre investimento e concessão de benefícios (contratos ou leis) para os investidores; e, por fim, os determinantes do investimento eleitoral.

A partir de sua análise de dados referentes às eleições de 2002 e 2010, o autor concluiu que: “Concluimos também que os campeões do financiamento eleitoral empresarial têm mais chance de serem eleitos que os demais candidatos. Persiste o desafio de investigar se os campeões do financiamento empresarial, quando eleitos, têm uma atuação mais intensa que os demais parlamentares em defesa dos interesses dos financiadores. Enfrentar esse desafio é crucial para entender se a conexão entre o mundo dos negócios e o mundo da política passa essencialmente pelo financiamento de campanhas, ou se esse meio de influência coexiste com outros” (Mancuso, 2015, p. 122).

Neste sentido, Fonseca (2017) aponta que, embora seja possível estabelecer apenas um efeito mínimo da relação entre financiamento eleitoral e retorno contratual, no que se refere às eleições do poder executivo, novas pesquisas são necessárias para procurar captar os efeitos ao longo do processo eleitoral ou através de outros mecanismos que possibilitem um acesso privilegiado aos principais financiadores eleitorais. Assim, torna-se fundamental reconhecer o impacto e a relação entre financiamento e contratos, tanto em termos de expectativa como de assinatura, no que se refere às eleições executivas no Brasil.

Quanto ao poder legislativo, embora os estudos sejam relativamente recentes está surgindo uma ampla e diversificada literatura sobre o tema, como aponta Mancuso (2015) ou como analisa Lemos, Marcelino e Pederiva (2010) que apresentam, de forma consistente, um claro vínculo entre as doações eleitorais, os gastos de campanha e a eleição ou reeleição de deputados federais em 2002 e 2006. Além disso, apoiando-se em Pereira e Rennó (2007)

aponta que os estudos, em diversos planos, têm confirmado a máxima de que “quem gastou mais, obteve mais votos na eleição anterior, concentrou menos votos e mudou menos de partido, tem maior chance de ser reeleito”.

Por outro lado, Gomes (2011) diz que a campanha eleitoral envolve uma ampla gama de procedimentos técnicos empregados por candidato e seus partidos, com objetivo de angariar o maior número possível de votos e ter a vitória para algum cargo público-eletivo. Neste sentido, o financiamento de campanha eleitoral se trata, basicamente, dos recursos materiais e imateriais empregados pelos candidatos com vistas à obtenção desses votos e “à luz de sua origem, pode o financiamento ser público, privado ou misto” (Gomes, 2011, p. 278).

Da mesma forma, segundo Speck (2007), todos os gastos empreendidos nessa etapa, estão voltados a coordenar, mobilizar ou persuadir eleitores a votarem e podem ser encarados como financiamento eleitoral. Portanto, é essencial que os sistemas de financiamento eleitoral sejam cuidadosamente regulamentados para garantir transparência, equidade e integridade no processo democrático.

Sendo assim, Sacchet e Speck (2015) identificam os recursos financeiros como uma função preponderante para se entender o desempenho eleitoral dos candidatos:

No sistema eleitoral de representação proporcional com listas abertas, em voga para as eleições proporcionais no Brasil, parte considerável da campanha fica a cargo dos candidatos. São os candidatos dos partidos ou coligações que na prática disputam o voto. Também são estes que arrecadam grande parte dos recursos de suas campanhas, e que por lei devem prestar contas à justiça eleitoral. No debate público, há certo consenso de que as chances de sucesso nas urnas estão intimamente relacionadas à capacidade dos candidatos de arrecadar recursos (Sacchet e Speck, 2015, p 180).

A partir disso, vale assinalar que a lei Nº 13.165/2015 promoveu uma reforma eleitoral, em 2017, a respeito do financiamento eleitoral apontando o fim das doações por empresas, permitindo apenas o financiamento exclusivamente individual, além da criação do fundo especial de financiamento de campanha (FEFC), da obrigatoriedade em seguir o teto de gastos delimitado pelos tribunais eleitorais, além de permitir as doações serem por meio de plataformas online, como uma “vaquinha online” que seria um financiamento coletivo, sendo essa uma mais nova modalidade de arrecadação de recursos. Todos estes elementos visavam promover a equidade e também aprimorar a transparência e a fiscalização, estando sujeito a penalidades.

Assim, pode-se afirmar que, desde 2017, as campanhas são majoritariamente financiadas por recursos públicos. Já os gastos que eram livres passam a ser gradualmente

controlados até a imposição de um teto de despesas<sup>5</sup>. Todas estas mudanças denotam a evolução do sistema eleitoral brasileiro. O debate sobre o financiamento é basicamente sobre a forma de alocação dos fundos públicos do que qualquer outro ponto, pois onde vemos a distribuição e utilização dos recursos financeiros disponíveis para financiar as atividades e programas.

As regras estão esclarecidas também pelo sistema Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que assinala que os candidatos a deputados puderam receber as receitas por meio de: recursos próprios dos candidatos; doações financeiras ou estimáveis em dinheiro de pessoas físicas e de filiados; doações de outros partidos e de outros candidatos; comercialização de bens e/ou serviços ou promoção de eventos de arrecadação realizados diretamente pelo candidato ou pela agremiação política e de rendimentos decorrentes da locação de bens próprios.

Conforme Agra (2019) há três tipos de financiamento de campanha. O primeiro é o financiamento privado, no qual recursos são obtidos por meio de doações de pessoas físicas ou jurídicas aos partidos políticos e/ou aos candidatos e por meio da contribuição dos filiados, assim, o candidato ou o partido com os melhores doadores consegue mais valores para suas campanhas do que os demais.

O segundo é o financiamento público, onde a ajuda é obtida da sociedade por meio de tributos ou fontes similares, o montante arrecadado é atribuído a um fundo controlado por um órgão governamental, os valores do fundo são distribuídos para as campanhas de acordo com critérios capazes de permitir igualdade entre os participantes. Já o terceiro é o modelo de financiamento misto, podendo ser de origem pública e privada, em que pode haver um fundo público com um certo montante para as campanhas ao mesmo tempo que pode ocorrer a doação de pessoas físicas ou jurídicas.

Neste sentido, o autor aponta que:

Inclusive, no Brasil o financiamento das eleições tem um caráter misto, divididos em fundo partidário e propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, e recursos de pessoas físicas e próprios dos candidatos. Pode-se encontrar a sua regulamentação na Lei 9.504/1997, conhecida como Lei das Eleições, e na Lei 9.096/1995, a chamada Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Agra, 2019, p. 22).

---

<sup>5</sup> Os valores permitidos, nas eleições de 2022, eram de R\$3.176.572,53 para candidatos a deputado federal e de R\$1.270.629,01 para deputado estadual.

O fundo eleitoral<sup>6</sup> ou fundo especial de financiamento de campanha (FEFC) tem importância e influência durante as eleições e sua distribuição está relacionada ao número de representantes dos partidos na Câmara dos Deputados e de votos obtidos por eles na última eleição, sendo que quanto mais representantes possui maior será o valor recebido pelo partido do fundo eleitoral.

Para as eleições de 2022, o Congresso Nacional havia aprovado um fundo eleitoral de cerca de R\$ 4,9 bilhões que seria distribuído, de forma proporcional, entre os partidos políticos, pois as porcentagens variam de acordo com a representação de cada partido no congresso.

Neste sentido, conforme tabela divulgada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os principais partidos que receberam os maiores montantes foram: o partido União Brasil, (resultado da fusão entre Democratas (DEM) e o Partido Social Liberal (PSL) que recebeu cerca de R\$ 782 milhões, em seguida o Partido dos Trabalhadores (PT) com R\$ 503 milhões, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) com cerca de R\$ 363 milhões, o Partido Social Democrático (PSD) com R\$ 349 milhões, o Partido Progressista (PP) com a quantia de R\$ 344 milhões e o Partido Da Social Democracia Brasileira (PSDB) com R\$ 320 milhões.

Esses recursos financeiros foram utilizados nas campanhas eleitorais em diferentes estados da federação e afetaram o processo de definição das candidaturas, que são resultado de inúmeros fatores como a condição social dos candidatos, como da sua articulação com agentes financiadores, renda ou bens do candidato, por exemplo, e a importância do cargo ao qual ele disputará a vaga (Sacchet e Speck, 2012).

Além disso, outros fatores relevantes para a definição de candidaturas são os capitais político e social do candidato. O primeiro, relacionado ao histórico político do candidato ou sua reeleição, é identificado como um dos fatores mais impactantes das chances de os candidatos se elegerem (Araujo e Alves, 2007); o segundo, particularmente quando de um tipo público, torna-se um meio pelo qual são formadas redes que favorecem a ligação com financiadores, ou com atores políticos influentes, que aportam recursos para as campanhas dos candidatos (Sacchet, 2010).

---

<sup>6</sup> São distribuídos entre os partidos políticos: 2% dividido igualmente entre todos os partidos registrados no TSE; 35% dividido entre os partidos que tenham pelo menos um representante na câmara na proporção do percentual de votos por eles obtidos na última eleição geral para a câmara dos deputados; 48% dividido entre os partidos, na proporção do número de representantes na Câmara dos Deputados, 15% são divididos entre os partidos, na proporção do número de representantes no Senado Federal.



Neste sentido, o estudo de Silva e Cervi (2017) confirma que, pelo menos para o desempenho eleitoral dos candidatos a deputados federais, o sucesso eleitoral está relacionado tanto ao volume de receitas (doação e financiamento partidário) como à expressiva presença de alguns tipos de doadores, como pessoas jurídicas e partidos.

Neste sentido, apontam que:

É importante ressaltar que os recursos empresariais afetam de diferentes formas as receitas dos candidatos, uma vez que a melhoria no desempenho é acompanhada de um incremento na proporção dessas doações. Ou seja, candidatos eleitos e reeleitos são aqueles que apresentam o maior percentual de contribuições de pessoas jurídicas em suas campanhas (Silva e Cervi, 2017, p. 22).

Também Speck (2011), ao analisar as eleições de 2010 para a Câmara dos Deputados, e aponta que cidadãos e empresas realizam opções distintas, pois verificou que empresas distribuem os recursos entre esquerda, direita e centro de maneira mais equilibrada, enquanto os cidadãos doaram, naquela eleição, um maior percentual de recursos aos partidos de esquerda. Os candidatos aplicam também valores distintos em suas próprias campanhas, as diferenças nos valores doados pelas pessoas físicas aos candidatos são menores, ainda que a alteração em torno da média seja muito superior (Silva e Cervi, 2017).

Neste sentido, as pesquisas em relação ao financiamento eleitoral revelam ainda que o dinheiro afeta as condições de disputa, visto que candidatos com maiores recursos têm mais chances de sucesso nas eleições. Além do mais, as doações eleitorais são distribuídas de forma desigual entre os candidatos, contribuindo a favor de determinado perfil político e social (Silva & Cervi, 2017).

A partir disto, se pode verificar a importância dos estudos sobre o financiamento eleitoral e como este incide sobre o desempenho eleitoral de candidatos e partidos políticos. Além disto, sua análise nos permite a compreensão da dinâmica eleitoral e de diversos mecanismos do sistema político e partidário, propiciando uma visão ampliada da política e dos embates eleitorais. Na próxima seção tentaremos observar tais elementos discutindo o financiamento eleitoral, tanto de recursos como de gastos, dos deputados federais eleitos em 2022 em Mato Grosso do Sul.

## AS ELEIÇÕES DE 2022 E O FINANCIAMENTO ELEITORAL: RECURSOS, FONTES E GASTOS NA ELEIÇÃO DE DEPUTADO FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL

As eleições de 2022 foram marcadas por um contexto nacional de polarização entre as duas principais lideranças políticas do país no momento, Lula e Bolsonaro, e por uma relevante tensão em relação a estabilidade democrática e as possibilidades de alternância de poder e respeito ao jogo democrático. Embora as atenções estivessem voltadas ao embate presidencial, às eleições proporcionais e estaduais também foram fundamentais para a nova dinâmica política do país e o realinhamento partidário.

Neste sentido, podemos apontar que, segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), constatamos que haviam 161 registros de candidatos a deputado federal pelo Mato Grosso do Sul disputando as 8 cadeiras do parlamento destinadas ao estado, indicando um número relativamente alto de candidatos por vaga.

A partir disso, ao considerarmos os deputados eleitos podemos verificar que os valores envolvidos no financiamento das campanhas eleitorais no estado, considerando recursos e gastos, foram distribuídos da seguinte forma:

QUADRO 1- Financiamento e gastos eleitorais- Deputados Federais MS (2022).

Eleitos	Votos	Financiamento	Gastos	Valor voto (gastos/votos)
1. Marcos Pollon (PL)	<b>103.111</b> 7,33%	<b>R\$ 905.520,84</b> Doadores: - Direção nacional PL: R\$ 550.000,00 - Recursos próprios: R\$ 244.800,00 - Financiamento coletivo: R\$ 24.060,84 - Outros recursos: R\$ 30.000,00	<b>R\$ 875.607,45</b> Gastos: - Despesa com Impulsionamento de Conteúdos: R\$ 462.000,00 - Serviços prestados por terceiros: R\$ 139.101,50 - Publicidade por materiais impressos: R\$ 120.308,60 - Diversas a especificar: R\$ 77.204,31 - Serviços contábeis: R\$ 42.000,00	<b>R\$ 8.491,89</b>
2. Beto Pereira (PSDB)	<b>97.872</b> 6,96%	<b>R\$ 1.586.242,02</b> Doadores: - Direção nacional PSDB: R\$ 1.462.500,00 - Direção estadual PSDB: R\$ 2.242,02 - Outros recursos: R\$ 100.000,00	<b>R\$ 1.560.277,31</b> Gastos: - Atividades de militância e mobilização de rua: R\$ 432.025,00 - Publicidade por materiais impressos: R\$ 383.336,50 - Publicidade por adesivos: R\$ 245.329,50	<b>R\$ 15.942,01</b>

			- Serviços advocatícios: R\$ 120.000,00 - Criação e inclusão de páginas na internet: R\$ 100.000,00	
3. Dr. Geraldo Resende (PSDB)	<b>96.519</b> 6,86%	<b>R\$ 1.848.585,43</b> Doadores: - Direção nacional PSDB: R\$ 1.625.000,00 - Recursos próprios: R\$ 75.000,00 - Doação de candidato: R\$ 66.666,67 - Outros recursos: R\$ 65.000	<b>R\$ 1.801.666,67</b> Gastos: - Despesas com pessoal: R\$ 546.663,24 - Publicidade por materiais impressos: R\$ 510.416,76 - Doações financeiras a outros candidatos: R\$ 338.500,00 - Publicidade por adesivos: R\$ 147.187,50 - Produção de programas de rádio, televisão ou vídeo: R\$ 92.400,00	<b>R\$ 18.666,44</b>
4. Vander Loubet (PT)	<b>76.571</b> 5,44%	<b>R\$ 2.210.770,23</b> Doadores: - Direção nacional PT: R\$ 1.800.000,00 - Doação de candidato: R\$ 39.600,00 - Outros recursos: R\$ 335,000	<b>R\$ 2.159.949,20</b> Gastos: - Doações financeiras a outros candidatos/partidos: R\$ 777.700,00 - Publicidade por materiais impressos: R\$ 470.295,00 - Despesas com pessoal: R\$ 358.050,00 - Atividades de militância e mobilização de rua: R\$ 326.250,00 - Publicidade por adesivos: R\$ 78.225,00	<b>R\$ 28.208,44</b>
5. Camila Jara (PT)	<b>56.552</b> 4,02%	<b>R\$ 837.517,09</b> Doadores: - Direção nacional PT: R\$ 743.605,09 - Doação de candidato: R\$ 62.100 - Financiamento coletivo: R\$ 8.562,00 - Outros recursos: R\$ 6.000,00	<b>R\$ 818.882,35</b> Gastos: - Atividades de militância e mobilização de rua: R\$ 380.840,00 - Despesa com impulsionamento de Conteúdos: R\$ 104.000,00 - Despesas com pessoal: R\$ 82.450,00 - Publicidade por materiais impressos: R\$ 76.690,00 - Serviços prestados por terceiros: R\$ 38.000,00	<b>R\$ 14.480,16</b>
6. Dagoberto (PSDB)	<b>48.217</b> 3,43%	<b>R\$ 2.823.658,31</b> Doadores: - Direção nacional PSDB: R\$ 2.275.000,00 - Recurso próprio: R\$ 315.000,00 - Outros recursos: R\$ 126.800	<b>R\$ 2.733.284,26</b> Gastos: - Despesas com pessoal: R\$ 1.916.550,00 - Publicidade por materiais impressos: R\$ 226.509,98 - Serviços prestados por terceiros: R\$ 117.424,60 - Publicidade por adesivos: R\$ 103.150,53	<b>R\$ 56.687,14</b>

			- Baixa de estimáveis - Recursos de pessoas físicas: R\$ 93.118,19	
7. Dr. Luiz Ovando (PP)	45.491 3,23%	<b>R\$ 2.233.000,00</b> Doadores: - Direção nacional PP: R\$ 2.000.000,00 - Direção estadual PP: R\$ 230.000,00 - Outros recursos: R\$ 3.000,00	<b>R\$ 2.230.000,00</b> Gastos: - Despesas com pessoal: R\$ 1.510.758,10 - Doações financeiras a outros candidatos/partidos: R\$ 145.000,00 - Publicidade por materiais impressos: R\$ 130.560,80 - Despesa com Impulsionamento de Conteúdos: R\$ 99.000,00 - Produção de programas de rádio, televisão ou vídeo: R\$ 90.000,00	<b>R\$ 49.020,68</b>
8. Rodolfo Nogueira (PL)	41.773 2,97%	<b>R\$ 775.013,54</b> Doadores: - Direção nacional PL: R\$ 500.000,00 - Recurso próprio: R\$ 35.000,00 - Outros recursos: R\$ 219.000	<b>R\$ 755.104,98</b> Gastos: - Despesas com pessoal: R\$ 219.700,00 - Despesa com Impulsionamento de Conteúdos: R\$ 180.000,00 - Publicidade por materiais impressos: R\$ 176.634,00 - Produção de programas de rádio, televisão ou vídeo: R\$ 33.000,00 - Cessão ou locação de veículos: R\$ 31.400,00	<b>R\$ 18.076,38</b>

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do TSE (2024).

Um dos primeiros elementos que merece ser destacado refere-se ao fato de que quatro das oito cadeiras foram ocupadas por candidatos à reeleição<sup>7</sup>, sendo eles: Beto Pereira (PSDB), Vander Loubet (PT), Dagoberto (PSDB) e Dr. Luiz Ovando (PP). Além disso, vale destacar que três destes foram os que realizaram as campanhas com maior arrecadação e gastos eleitorais, acima de R\$ 2 milhões, confirmando o que apontavam Silva e Cervi ao indicar que: “Candidatos eleitos e reeleitos são aqueles que apresentam o maior percentual de contribuições de pessoas jurídicas em suas campanhas” (Silva e Cervi, 2017, p. 25).

O maior recurso recebido foi para o deputado eleito Dagoberto (PSDB), com R\$ 2,7 milhões, embora tenha recebido a sexta maior votação geral do pleito. Neste sentido, o

<sup>7</sup> Os reeleitos em geral são os competidores com maior volume de financiamento total, obtiveram, em média, 1,4 vez mais recursos do que os demais eleitos, enquanto estes tiveram média 7,4 vezes superior aos derrotados competitivos (Silva e Cervi, 2017).

primeiro colocado, Rodolfo Nogueira (PL), recebeu pouco mais de R\$ 750 mil, obtendo o menor orçamento eleitoral, porém alcançando a maior votação entre os candidatos eleitos.

Quatro dos oito deputados federais eleitos tiveram financiamento por recursos próprios, sendo que o menor foi o de Rodolfo Nogueira (PL) com R\$ 35.000,00 representando 4% do valor total de financiamento e o maior foi o de Dagoberto (PSDB) de R\$ 315.000,00, representando 11% do valor total. Outro aspecto interessante refere-se ao quesito “outros recursos”, englobando desde serviços administrativos financeiros a utilização ou arrecadação de automóveis, aeronaves, assistência de grandes empresários como em aluguel de locais para trabalhos em relação a campanha e outros; embora minoritário tal elemento indica os candidatos com maior capacidade de arrecadação.

De todo modo, o principal aspecto a ser destacado, no que se refere ao financiamento, é que as duas principais fontes de financiamento eleitoral das eleições de deputados federais em 2022 foram os partidos e empresas, que distribuem os recursos de maneira muito distinta entre os candidatos, com destaque para o financiamento partidário que se tornou a principal fonte de recursos eleitorais devido ao volume do fundo eleitoral brasileiro, confirmando as indicações de estudos recentes como Agra (2019), dentre outros.

Nenhum dos eleitos ultrapassou o limite de gastos eleitorais, pelo menos na prestação de contas ao TSE. Além disso, alguns não utilizaram todo o valor recebido, mas todos os candidatos utilizaram mais da metade das receitas. Desta forma, alguns tiveram sobras eleitorais que, embora seja uma quantia baixa, foram devolvidas ao fundo partidário).

Sendo assim, é possível observar que o maior recurso recebido refere-se ao financiamento doado pelo partido, via direção nacional e também estadual, e outras formas de arrecadação, como o financiamento privado, embora tenham existido e configuram um financiamento eleitoral misto, constituem uma parte residual do orçamento, demonstrando que o fundo eleitoral se constitui na principal fonte de recursos para campanhas eleitorais de candidatos eleitos. Embora não seja o caso deste estudo, seria importante aprofundar tal debate considerando como se deu a distribuição de recursos no interior dos partidos e em que medida os candidatos com maior potencial de votação receberam (ou não) mais recursos eleitorais e seus efeitos a longo prazo.

Os maiores gastos eleitorais estão, obviamente, associados à arrecadação de recursos. Neste sentido, mantém-se o padrão de que os que mais receberam recursos, principalmente dos fundos partidários, foram também os que mais gastaram, destacando os casos Dagoberto (PSDB), com gasto total de R\$ 2.733.284,26, Dr. Luiz Ovando (PP), com o total de R\$

2.230.000,00, e, finalmente, Vander Loubert (PT) com gastos informados de R\$ 2.159.949,20. Desde já, destaca-se que se referem a três candidatos à reeleição, o que parece indicar um maior acesso ao fundo eleitoral, e que se distribuem pelos distintos campos do espectro ideológico (centro, direita e esquerda). Além disso, vale ressaltar que os menores gastos eleitorais foram realizados por Rodolfo Nogueira (PL) (cerca de R\$ 775.013,54) e Camila Jara (PT) (cerca de R\$ 818.882,35), demonstrando, uma vez mais, a diversificação de gastos eleitorais entre os partidos de diferentes campos.

A partir disto, pode-se assinalar que as principais despesas dos deputados federais eleitos (quadro 1) referem-se aos conteúdos digitais, para impulsionar a candidatura nas redes sociais, a contratação de divulgação pelo facebook e google, relacionados a criação, consultoria, gestão, produção e revisão dessas artes, que envolvem filmagem e fotografias para propagandas. Outro elemento destes gastos refere-se a publicidade, desta vez por materiais impressos e adesivos informativos da campanha política como a colinha, santinhos, folheto, folder, bottons, além de outros serviços publicitários, assessoria e marketing, bem como materiais utilizados nas atividades de militância e mobilização de rua para as campanhas.

Os serviços advocatícios e contábeis também foram muito utilizados durante a campanha pelos candidatos, devido ao seu importante papel de apoio às campanhas eleitorais, pois garantem que eles operem dentro dos limites legais e éticos, além de ajudarem a proteger os interesses dos partidos políticos e desses candidatos. Quando os eleitos declaram serviços prestados por terceiros normalmente se associam a estes serviços. E por fim, foram feitas doações financeiras desses candidatos a outros candidatos, geralmente do mesmo partido político e para realizar alguma aliança com candidatos a deputados estaduais do mesmo respectivo partido, procurando fortalecer a estratégia política.

No que se refere ao custo do voto por eleitor, podemos assinalar que Dagoberto (PSDB) foi quem mais pagou pelo voto, cerca R\$ 56.687,14 além de ter sido o candidato que mais gastou na campanha. Por sua vez, o menor custo foi de Marcos Pollon (PL), com cerca de R\$ 8.491,89. De toda forma, a média geral desta seção foi elevada, indicando o alto custo dos votos recebidos e o alto valor das campanhas eleitorais e, também significativo, o maior e menor custo nos permite afirmar que tal padrão não está relacionado a um determinado espectro ideológico.

Sendo assim, concordamos com Sacchet e Speck (2015) que apontam que no debate público há certo consenso de que as vitórias nas urnas estão relacionadas às capacidades dos

candidatos em arrecadar maiores recursos, sendo uma variável fundamental embora não determinante. Nesse caso, chegamos a conclusão que os recursos financeiros ajudam a ter uma boa quantidade de votos, mas não é garantido que o candidato mais financiado (em valor total) ocupe o primeiro posto, isso varia muito devido a outros elementos políticos, como a estratégia eleitoral, o fato de ser (ou não) candidato a reeleição, a potencialização de apoios, entre outros.

Em termos de sistema partidário, vale observar que o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que também venceu a eleição para governador, foi o partido que alcançou o maior número de candidatos eleitos, com três representantes, seguido por Partido Liberal (PL) e Partido dos Trabalhadores (PT), ambos com dois representantes, enquanto a última vaga ficou com o Partido Progressistas (PP). Tal quadro indica o predomínio de candidatos do centro (PSDB e PP) e um desempenho equivalente da esquerda e direita (PT e PL) e consolida um cenário de um melhor desempenho do PSDB nas eleições estaduais, tornando-o um dos poucos casos de manutenção de sua importância no país, reiterando o papel das elites locais (Silva, 2019).

Por fim, vale destacar que os candidatos federais eleitos analisados aqui foram um grupo formado majoritariamente por homens, com uma única representante mulher, com autodeclaração racial branca, todos com curso superior completo, classificados com ocupação política, médico, advogado, empresário e produtor agropecuário, dentre outras, convergindo com outros estudos sobre tal perfil (Barbosa, 2019).

## **AS ELEIÇÕES DE 2022 E O FINANCIAMENTO ELEITORAL: RECURSOS, FONTES E GASTOS NA ELEIÇÃO DE DEPUTADO ESTADUAL EM MATO GROSSO DO SUL**

Nessa seção discutimos o caso do financiamento eleitoral dos deputados estaduais eleitos em 2022. Para tanto, elaboramos o quadro abaixo seguindo os mesmos elementos do quadro anterior, discutindo financiamento, gastos e o custo de cada voto. Da mesma forma, vale destacar que haviam 397 candidatos disputando as 24 vagas de deputados estaduais do estado.

Neste sentido, o quadro geral do financiamento eleitoral apresenta-se da seguinte forma:

QUADRO 2 - Financiamento e gastos eleitorais - Deputados Estaduais (2022).

Nome	Votos	Financiamento	Gastos	Valor voto (gastos/votos)
Mara Caseiro (PSDB)	49.512	<b>R\$ 1.198.080,09</b> Doadores: - Direção nacional - Outros recursos - Recurso próprio - Direção estadual	<b>R\$ 1.196.531,35</b> Gastos: - Publicidade por materiais impressos e adesivos - Impulsionamento de conteúdos - Despesas com pessoal - Locação de veículos	<b>R\$ 24.166,49</b>
Paulo Corrêa (PSDB)	49.184	<b>R\$ 546.151,89</b> Doadores: - Direção nacional - Recurso próprio - Outros recursos	<b>R\$ 294.390,29</b> Gastos: - Publicidade por materiais impressos e adesivos - Combustíveis e lubrificantes - Locação de imóvel - Impulsionamento de conteúdos	<b>R\$ 5.070,55</b>
Zeca do PT (PT)	47.193	<b>R\$ 900.316,51</b> Doadores: - Outros recursos - Doação de candidato(2x) - Direção nacional - Recurso próprio	<b>R\$ 849.318,40</b> Gastos: - Publicidade por materiais impressos e adesivos - Doações a outros candidatos - Cessão de uso de imóvel	<b>R\$17.996,70</b>
Jamilson Name (PSDB)	43.435	<b>R\$ 1.126.447,09</b> Doadores: - Direção nacional - Recurso próprio - Outros recursos - Direção estadual	<b>R\$ 1.114.522,40</b> Gastos: - Publicidade por materiais impressos e adesivos - Serviços advocatícios - Impulsionamento de conteúdos - Despesas com pessoal	<b>R\$25.659,54</b>
Zé Teixeira (PSDB)	39.329	<b>R\$ 756.197,01</b> Doadores: - Direção nacional - Doação de candidato - Recurso próprio - Direção estadual	<b>R\$ 745.450,00</b> Gastos: - Publicidade por materiais impressos e adesivos - Serviços contábeis e advocatícios	<b>R\$18.954,20</b>
Lídio Lopes (PATRIOTA)	32.412	<b>R\$ 359.387,09</b> Doadores: - Outros recursos - Recurso próprio	<b>R\$ 352.937,09</b> Gastos: - Publicidade por materiais impressos - Despesas com pessoal - Impulsionamento de conteúdos	<b>R\$10.889,08</b>
Pedro Caravina (PSDB)	31.952	<b>R\$ 713.782,25</b> Doadores: - Direção nacional - Doação de candidato	<b>R\$ 713.072,36</b> Gastos: - Publicidade por materiais impressos	<b>R\$22.31698</b>



		- Financiamento coletivo - Recurso próprio - Direção estadual	- Marketing eleitoral - Despesas com pessoal - Serviços advocatícios	
Coronel David (PL)	31.480	<b>R\$ 332.862,29</b> Doadores: - Direção nacional - Outros recursos - Recurso próprio - Direção estadual	<b>R\$ 327.000,00</b> Gastos: - Publicidade por materiais impressos e adesivos - Serviços audiovisuais - Consultoria de marketing - Impulsionamento de conteúdos	<b>R\$10.38754</b>
Pedro Kemp (PT)	27.969	<b>R\$ 509.100,00</b> Doadores: - Doação de candidato (2x) - Direção nacional - Recurso próprio - Outros recursos	<b>R\$ 455.437,03</b> Gastos: - Publicidade por materiais impressos e adesivos - Locação de veículos - Serviços contábeis	<b>R\$16.28363</b>
Lucas de Lima (PDT)	26.575	<b>R\$ 258.731,00</b> Doadores: - Direção estadual - Recurso próprio - Direção nacional - Outros recursos	<b>R\$ 250.024,60</b> Gastos: - Publicidade por materiais impressos - Serviços advocatícios - Impulsionamento de conteúdos - Serviços contábeis	<b>R\$9.40826</b>
Junior Mochi (MDB)	26.108	<b>R\$ 766.400,00</b> Doadores: - Outros recursos - Doação de candidato - Direção nacional	<b>R\$ 724.000,00</b> Gastos: - Locação de imóvel - Publicidade por materiais impressos - Serviços advocatícios - Impulsionamento de conteúdos	<b>R\$27.73096</b>
João Henrique Catan (PL)	25.914	<b>R\$ 375.496,55</b> Doadores: - Direção nacional - Recurso próprio - Direção estadual	<b>R\$ 375.134,45</b> Gastos: - Captação e edição de vídeos para as redes - Publicidade por materiais impressos - Impulsionamento de conteúdos - Locação de imóvel - Serviços advocatícios	<b>R\$14.47613</b>
Gerson Claro (PP)	25.839	<b>R\$ 965.770,00</b> Doadores: - Direção estadual - Doação de candidato (2x) - Outros recursos - Recurso próprio	<b>R\$ 824.565,31</b> Gastos: - Publicidade por materiais impressos e adesivos - Combustíveis e lubrificantes - Impulsionamento de conteúdos	<b>R\$31.91165</b>

			- Despesas com pessoal	
Londres Machado (PP)	25.691	<b>R\$ 528.345,67</b> Doadores: - Doação de candidato (2x) - Direção estadual - Direção nacional - Recurso próprio - Outros recursos	<b>R\$ 512.347,96</b> Gastos: - Publicidade por materiais impressos e adesivos - Locação de veículos - Serviços contábeis - Despesas com pessoal	<b>R\$19.94270</b>
Antônio Vaz (REPUBLICANOS)	19.395	<b>R\$ 475.661,09</b> Doadores: - Direção nacional - Recurso próprio - Outros recursos	<b>R\$ 466.823,75</b> Gastos: - Locação de veículos - Publicidade por materiais impressos e adesivos - Serviços contábeis - Despesas com pessoal	<b>R\$24.06928</b>
Rafael Tavares (PRTB)	18.224	<b>R\$ 42.238,00</b> Doadores: - Outros recursos - Recurso próprio - Financiamento coletivo	<b>R\$ 36.016,70</b> Gastos: - Publicidade por materiais impressos e adesivos - Correspondência e despesas postais - Despesas com pessoal	<b>R\$ 1.976,33</b>
Renato Câmara (MDB)	17.756	<b>R\$ 452.020,45</b> Doadores: - Doação de candidato - Recurso próprio - Direção estadual - Outros recursos	<b>R\$ 450.82,45</b> Gastos: - Impulsionamento de conteúdos - Publicidade por materiais impressos e adesivos, jornais/revistas - Consultoria de estratégia e gestão	<b>R\$25.38975</b>
Amarildo Cruz (PT)	17.249	<b>R\$ 941.989,46</b> Doadores: - Direção nacional - Outros recursos - Doação de candidato (2x) - Financiamento coletivo - Recurso próprio	<b>R\$ 905.330,92</b> Gastos: - Publicidade por materiais impressos e adesivos - Impulsionamento de conteúdos - Combustíveis e lubrificantes - Serviços advocatícios	<b>R\$ 52.485,99</b>
Neno Razuk (PL)	17.023	<b>R\$ 369.300,00</b> Doadores: - Direção nacional - Outros recursos	<b>R\$ 348567,47</b> Gastos: - Publicidade por materiais impressos e adesivos - Locação de veículos - Combustíveis e lubrificantes - Despesas com pessoal	<b>R\$ 20.47626</b>
Marcio Fernandes (MDB)	16.111	<b>R\$ 370.000,00</b> Doadores: - Doação de candidato	<b>R\$ 370.000,00</b> Gastos: - Publicidade por materiais	<b>R\$ 22.96567</b>

		- Recurso próprio	impressos e adesivos - Impulsioneamento de conteúdos - Serviços advocatícios e contábeis	
Pedrossian Neto (PSD)	15.994	<b>R\$ 885.000,00</b> Doadores: - Direção estadual - Doação de candidato(2x) - Recurso próprio - Outros recursos	<b>R\$ 771.091,20</b> Gastos: - Combustíveis e lubrificantes - Serviços contábeis - Publicidade por materiais impressos - Locação de veículos	<b>R\$ 48.211,27</b>
Lia Nogueira (PSDB)	15.155	<b>R\$ 1.065.826,51</b> Doadores: - Direção nacional - Outros recursos - Direção estadual	<b>R\$ 1.050.000,00</b> Gastos: - Serviços de marketing e publicidade - Serviços advocatícios e contábeis - Despesas com pessoal	<b>R\$ 69.284,06</b>
Roberto Hashioka (UNIÃO)	13.662	<b>R\$ 482.290,10</b> Doadores: - Direção estadual - Recurso próprio - Outros recursos	<b>R\$ 477.785,20</b> Gastos: - Impulsioneamento de conteúdos - Serviços de marketing e publicidade - Locação de imóvel	<b>R\$ 34.971,83</b>
Rinaldo Modesto (PODEMOS)	12.800	<b>R\$ 560.780,00</b> Doadores: - Direção estadual - Recurso próprio - Outros recursos	<b>R\$ 529.522,40</b> Gastos: - Publicidade por materiais impressos e adesivos - Locação de imóvel - Despesas com pessoal	<b>R\$ 41.368,93</b>

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do TSE (2024).

Vale destacar que dos 24 deputados estaduais eleitos cinco são novatos: Pedro Caravina (PSDB), Rafael Tavares (PRTB), Pedrossian Neto (PSD), Lia Nogueira (PSDB) e Roberto Hashioka (UNIÃO) e dois já foram deputados e retornaram: Junior Mochi (MDB) e Zeca do PT (PT). Os demais 17 representantes foram reeleitos, indicando um percentual muito baixo de renovação política da Assembléia Legislativa estadual.

Em relação ao financiamento eleitoral, como pode ser observado, os três maiores recursos foram disponibilizados por candidatos do PSDB: Mara Caseiro com R\$1.198.080,09; Jamilson Name com R\$ 1.126.447,09; e Lia Nogueira com R\$ 1.065.826,51. Tal fato demonstra como o estado foi relevante para o partido e a influência da máquina estadual, já que o anterior e atual governador pertence ao partido. Somente o quarto colocado, o deputado

eleito Gerson Claro com recursos de R\$ 965.770,00 pertence a outro partido, o PP. Além disto, é importante mencionar que o PSDB foi o partido que elegeu o maior número de deputados estaduais ( com 6 eleitos), seguido por PT e PL com três candidatos cada, e depois PP e MDB elegendo cada um dois candidatos.

No que se refere aos menores orçamentos eleitorais destacam-se os deputados eleitos Rafael Tavares (PRTB) com R\$ 42.238,00 (o menor valor), Lucas de Lima (PDT) com R\$ 258.731,00 e Coronel David (PL) com R\$ 332.862,29. A partir disto, observa-se que os maiores e menores recursos eleitorais estão distribuídos pelos diversos campos ideológicos e que questões locais, como no caso do PSDB, parecem ser mais determinantes para compreender a distribuição de recursos entre os diversos partidos.

Neste sentido, vale destacar refere-se a média geral de financiamento observada, pois constata-se que os candidatos à reeleição foram os competidores que receberam o maior volume de financiamento eleitoral. Isto se explica pelo fato de que os principais financiadores foram as direções estaduais e nacionais dos partidos, demonstrando que aqueles que possuem cargos públicos conseguem maior acesso aos recursos financeiros eleitorais.

Desta forma, a maior parte dos recursos eleitorais para todos os eleitos foram oriundos da direção nacional do partido, repetindo o padrão de financiamento dos deputados federais, entretanto, nos deputados estaduais eleitos três dos eleitos destoam desse padrão: Zeca do PT (PT), Lídio Lopes (PATRIOTA) e Rafael Tavares (PRTB), sendo financiados por “outros recursos”, em que ocorre a junção de várias formas de doações, principalmente de pessoas jurídicas.

Ainda em relação ao financiamento, há uma ampla menção a “outros recursos”, estando relacionado aos recursos financeiros recebidos por terceiros, principalmente por grandes empresários que se identificam com o perfil do candidato, além de outros aportes relacionados ao empréstimo de casas para eventos, serviços diversos e outros bens materiais. De toda forma, mais da metade receberam recursos por parte de nomes de empresários, e são partidos dos diversos campos do espectro ideológico.

Outro elemento a ser destacado refere-se a utilização de parte do financiamento como doação repassada por outros candidatos. Neste sentido, Cervi (2013) já observava um aumento significativo das doações partidárias nas prestações de contas, demonstrando que quem faz esse repasse normalmente são os candidatos a governadores e deputados federais disputando no mesmo partido do candidato que recebeu o recurso. Em outras palavras, esse

tipo de doação seriam os repasses de candidatos que concorrem por outros cargos ou de partidos que compõem a coligação do candidato beneficiado.

A maioria deles contou com "recursos próprios" que seriam finanças próprias, podendo ser também bens materiais particulares e, diante disto, observa-se que apenas 3 dos 24 deputados eleitos não contaram com recursos próprios: Lia Nogueira (PSDB), Neno Razuk (PL) e Junior Mochi (MDB).

Em relação aos gastos eleitorais pode-se observar que estes seguem, com pequenas variações, os recursos obtidos como financiamento eleitoral e a sequência de maiores e menores gastos é praticamente a mesma daquela observada na análise dos recursos obtidos, assim como sua distribuição ideológica.

Enquanto aos gastos dos deputados, a principal despesa foi em relação a mídias sociais, com impulsionamento de conteúdo das candidaturas, através das redes sociais, pesquisas, realização e divulgação de vídeos e outros. Outro custo relevante refere-se à publicidade, envolvendo vários tipos de materiais impressos, informativos da campanha política, além de outros serviços como assessoria, marketing, contabilidade, advocacia para abordar assuntos em relação à campanha.

Nesse quadro aparecem também despesas com o pessoal, locação de imóvel, combustíveis e lubrificantes, que não apareceram no quadro de deputados federais.

Por fim, no que se refere ao valor de cada voto recebido (gastos eleitorais divididos por votos), constata-se que Lia Nogueira (PSDB) foi quem teve custo mais alto, no valor de R\$ 69.284,06, seguida por Amarildo Cruz (PT) com R\$ 52.485,99 e Pedrossian Neto (PSD) com gastos de R\$ 48.211,27 para cada voto recebido.

Por outro lado, quem teve o menor custo de voto neste pleito eleitoral foi Rafael Tavares (PRTB), que também teve o menor gasto eleitoral, gastando cerca de R\$ 1.97633 por voto, seguido por Paulo Corrêa (PSDB) com R\$ 5.070,55 e Lucas de Lima (PDT) que gastou cerca de R\$ 9.408,26 para cada voto recebido.

Os deputados estaduais eleitos em 2022 no estado foram a maioria homens, sendo meramente 2 mulheres, Lia Nogueira e Mara Caseiro, ambas do PSDB. Dois deles se declaram pardos, um preto e o restante brancos. Amarildo Cruz (PT), único declarado preto<sup>8</sup>.

Mais da metade possui ensino superior completo, sendo servidor público civil, engenheiro, jornalista, economista, empresário, pecuarista, agropecuarista, locutor, as

---

<sup>8</sup> Embora eleito, o deputado veio a falecer em 2023 e sua vaga foi ocupada pela primeira suplente do partido, a atual deputada Gleice Jane (PT).

profissões mais declaradas neste grupo. Tão só quatro deles possuem ensino médio completo, tendo como ocupação sendo deputado e somente um com fundamental completo.

Mais da metade possui ensino superior completo, sendo servidor público civil, engenheiro, jornalista, economista, empresário, pecuarista, agropecuarista, locutor, as profissões mais declaradas neste grupo. Tão só quatro deles possuem ensino médio completo, tendo como ocupação sendo deputado e somente um com fundamental completo. Tais dados estão muito próximos aos assinalados por Barbosa (2019).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho abordamos o financiamento e os gastos eleitorais referentes a campanha de deputados estaduais e federais eleitos em Mato Grosso do Sul em 2022, procurando compreender seu volume, o perfil dos gastos e o valor de cada voto obtido.

Para tanto, procuramos discutir os principais aspectos analisados pela emergente bibliografia sobre o tema, destacando a importância da relação entre financiamento e representação política nas democracias contemporâneas, a conexão entre o maior volume de gastos e as possibilidades de maior sucesso eleitoral e as transformações recentes no que se refere ao financiamento eleitoral no Brasil, com a adoção de um financiamento público (fundo eleitoral) que convive com um financiamento privado, em menor medida, gerando um formato misto no que se refere ao financiamento eleitoral brasileiro que atenua mas não evita a desigualdade de competição entre os diversos candidatos. Vale destacar que tal fundo, assim como o fundo partidário, é proporcional à representação política na Câmara de Deputados.

Desta forma, observamos que os recursos e os gastos eleitorais para deputados federais e estaduais na eleição pesquisada possuem um padrão comum, diferenciando-se pelo volume maior de gastos nas campanhas para deputados federais, como seria de se esperar.

Sendo assim, constatamos que, em termos de financiamento eleitoral, a maior parte dos recursos obtidos foram do fundo partidário e que sua distribuição ocorreu de forma desigual entre os candidatos, como assinala a literatura, demonstrando que o acesso a direção partidária (nacional ou estadual) e a valorização de candidatos que buscam a reeleição parece ser fundamental para a alocação dos recursos, pelo menos na percepção das direções partidárias. Além disso, destaca-se também, em consonância com diversos autores, que as eleições brasileiras ainda continuam caras.

Em relação aos gastos eleitorais, também foi observado a manutenção de um padrão, em que se destacam os gastos relacionados a propaganda e as mídias sociais, envolvendo despesas relacionadas à produção de vídeos e materiais de propaganda do candidato, que procuram potencializar o efeito multiplicador das redes em prol das respectivas candidaturas. Tais gastos reforçam, uma vez mais, o alto valor das campanhas eleitorais.

Além disso, é possível apontar que os gastos assinalados indicam a veracidade da máxima de que quem gasta mais tem mais chances de sucesso eleitoral, além do maior potencial de candidatos à reeleição, como apontam os estudos, embora seja importante indicar que candidatos com menores gastos mas que desenvolvem uma estratégia política e eleitoral adequada também possuem chances de eleição, como indicam a relativa disparidade de gastos analisados.

Outro aspecto relevante que procuramos destacar refere-se ao custo de cada voto por candidato eleito que, convergindo com o financiamento e gastos, indica um alto valor do voto brasileiro e, principalmente, diferenças de acesso aos recursos e a utilização de distintas estratégias que podem maximizar o desempenho dos candidatos, possibilitando a eleição de candidatos com menos recursos.

Por fim, vale ressaltar que não é possível assinalar um padrão específico de partidos de cada campo do espectro ideológico (centro, direita e esquerda) mas, pelo contrário, os padrões de financiamento e gastos parecem ser muito similares, requisitando novos estudos para confirmar (ou não) tal diferenciação.

Diante disto, é possível afirmar que o estudo do financiamento eleitoral é fundamental para a compreensão da representação política no país e, principalmente, para o aprimoramento e a consolidação da democracia brasileira pois permite que os eleitores utilizem seu direito de conhecer de onde vêm os recursos que financiam as campanhas dos candidatos em quem votam e qual seu volume e como estes recursos foram gastos nos embates eleitorais, podendo atuar também como fiscalizadores, prevenindo abusos econômicos e o uso indevido dos recursos. Isso é fundamental para garantir confiança no processo democrático.

## REFERÊNCIAS

AVELAR e CINTRA, L. e A. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. São Paulo: UNESP, 2007.

AGRA, W. M. **Financiamento eleitoral no Brasil**. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Tomo Direito Administrativo e Constitucional, v. 1, 2019.

ARAUJO, C.; ALVES, J. E. **Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas**. Revista Dados, v. 50, n. 3, p. 535-577, 2007.

BARBOSA, Tiago Alexandre Leme. Radiografia da classe política de Mato Grosso do Sul (1978-2014). In: MIRANDA, Daniel Estevão Ramos de; SILVA, Marcos Antonio da; MIRANDA, Victor Garcia. **Os (des)caminhos da política no Mato Grosso do Sul: tradição, continuidades e mudanças**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2019.

CERVI, Emerson U. **Doações de campanha e desempenho eleitoral: uma análise comparativa sobre as eleições para prefeito de capitais brasileiras em 2008 e 2012**. Agenda Política, v. 1, p.26-54, 2013.

FONSECA, T. N. **Doações de campanha implicam em retornos contratuais futuros? Uma análise dos valores recebidos por empresas antes e após as eleições**. Revista de Sociologia e Política, UFPR, vol. 25, n. 61, 2017.

GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. São Paulo: Atlas, 2011.

LEMOS, Leany B.; MARCELINO, Daniel; PEDERIVA, José H. **Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006**. Revista Opinião Pública, v. 16, n. 2, p. 366-393, 2010.

MANCUSO, W.P., 2015. **Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001-2012) e agenda de pesquisa**. Revista de Sociologia e Política, vol. 23, n.54, p.155-183, 2015.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. R. **“O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil”**. Revista de Economia Política, vol. 27, n. 4, p. 664-683, 2007.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno. **Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos**. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Org.). **Mulheres nas eleições de 2010**. São Paulo, ABCP, p. 417-452, 2012.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. **Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006**. Opinião Pública, Campinas, SP, v. 18, n. 1, p. 177-197, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641406> Acesso em: 25 abr. 2024.

SACCHET, T. **Partidos políticos e sub-representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas no Brasil**. In: PAIVA, D.; BEZERRA, H. D (Orgs.). Mulheres, política e poder. Goiânia: Cãnone Editorial, 2010.

SAMUELS, D. **Financiamento de campanha e eleições no Brasil: o que podemos aprender com o ‘caixa um’ e as propostas de reforma**. In: BENEVIDES, M; KERCHE, F; VANNUCHI, Paulo. Reforma Política e Cidadania. São Paulo: FPABRAMO, 2003.



SILVA, B. F. da; CERVI, E. U. **Padrões de financiamento eleitoral no Brasil: as receitas de postulantes à Câmara dos Deputados em 2010 e 2014.** Revista Brasileira de Ciência Política, n. 23, 2017.

SILVA, M. A. **A dinâmica eleitoral em Mato Grosso do Sul: eleições, partidos e governos.** Curitiba: CRV, 2019.

SPECK, B. W. **O financiamento de campanhas eleitorais.** In: AVRITZER, L.; ANASTASIA, F. (Org.) Reforma política no Brasil. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: PNUD, 2007.

SPECK, Bruno W.; MANCUSO, Wagner P. **O que faz a diferença? Gastos de campanha, capital político, sexo e contexto municipal nas eleições para prefeito em 2012.** Cadernos Adenauer, v. 14, n. 2, p. 109-126, 2013.

SPECK, Bruno W. **Objetivos e estratégias do setor privado no financiamento das campanhas eleitorais: um modelo de análise baseado em dados da campanha eleitoral no Brasil em 2010.** In: WHATEVER HAPPENED TO NORTH-SOUTH? São Paulo: IPSA-ECPR, 2011.

TAVARES. A. G. **Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas: teoria, instituições e estratégia.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.